

Mário Soares no Maputo para advogar concertação

136

ENCARNAÇÃO VIEGAS *Diário de Notícias*
31.8.84

1/3

Mário Soares deixou ontem à noite Lisboa, em rota africana e numo dupla missão que envolve, na primeira fase, a sua condição de chefe do Governo português e, na segunda, a qualidade de secretário-geral do Partido Socialista e, em acumulação, num plano principal, a de vice-presidente da Internacinnal Socialista.

Moçambique é o primeiro destino. Uma visita que o secretário de Estado da Cooperação, Gaspar da Silva, qualificou de «grande importância política», atribuindo-lhe especial sigificado, designadamente pelo facto de se tratar de uma deslocação após a assinatura do acordo de N'Komati, considerado como passo fundamental para a resolução dos problemas da África Austral.

E torna-se interessante sublinhar que esta perspectiva joga perfeitamente com as afirmações igualmente recentes do industrial português Manuel Bulhosa, segundo as quais o nosso país «pode dar uma ajuda à reconciliação dos Moçambicanos, de modo a que não seja apenas a África do Sul a promover o entendimento entre a 'Resistência' e a Frelimo».

Completam-se as duas posições e tornam-se perceptíveis e justificáveis as razões ue terão levado a diplomacia portuguesa a um «tour de force» para que a ida do primeiro-ministro a Maputo se processasse agora. Para além da circunstância, sempre prestigiante, de se tratar da primeira visitaode um chefe de Governo ocidental após o entendimento entre Moçambicanos e S. Africanos há, ainda, a ter em conta, a necessidade de salvaguardar os próprios interesses nacionais, tanto do ponto de vista político como económico e de confirmar a tese, tantas vezes sustentada e reconhecida por destacadas figuras da cena internacional, que têm a ver «com o importante papel que Portugal tem a desempenhar em África».

Soares é, por força da sua imagem política exterior, um mediano por vocação e é de presumir que deseje completar a obra por outros encetada há já alguns anos — designadamente por Sá Carneiro — não só para reaproximar os portugueses de Moçambique, como para levar os dirigentes deste país à concertação integral com os seus vizinhos, mesmo que sejam divergentes as ideologias dominantes em cada Estado.

Diga-se, aliás, que a «viragem» operada em Moçambique, e embora com resultados menos visíveis em Angola no tocante a situações de conflito potenciais com os povos circundantes, ficou a dever-se, em muito, aos esforços nesse ventido desenvolvidos por Lisboa, pelo que será de esperar que, sem quaisquer propósitos neocolonialistas inequivocamente descabidos, Portugal procure tirar da situação favorável de que disfruta, os réditos dedos.

De resto, e para além dos problemas específicos da África Austral que a Portugal interessam no quadro mais amplo da política internacional sem, no entanto, perder de vista as questões bilaterais que se colocam em relação às suas antigas colónias, importa destacar a importância de que se revestem outros temas previsivelmente debatidos durante as conversações a travar pela delegações dos dois países e pelo próprio primeiro-ministro nos programados encontros com o Presidente Samora Machel.

Neste domínio, ter-se-á de destacar duas situações substancialmente diversificadas mais perfeitamente enquadradas na gama de questões a defender por Mário Soares em Maputo, porque ambas envolvem identificados interesses

portugueses: a dos nossos compatriotas presos em Moçambique e a dos cooperantes, em particular no tocante aos problemas do ensino.

Há, depois, o problema de Timor, que, certamente, não deixará de ser abordado, tanto mais que Soares irá, logo a seguir, para a Tanzânia, mais propriamente para Arusha, onde se reúne a Internacional Socialista, com Olf Palme e Leonel Jospin entre outros, e os dirigentes dos países da Linha da Frente, designadamente José Eduardo dos Santos e Samora Machel, além do anfitrião, Julius Nyerere, e responsável do Congresso Nacional Africano e da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (Swapo).

Mário Soares no Maputo para advogar concertação

2/3



O chefe do Governo português chega hoje a Maputo à frente de uma vasta delegação, na qual se inclui um número apreciável de homens de negócios. A par dos problemas políticos que se pretendem ultrapassar, numa perspectiva mais ampla de cooperação bilateral há, igualmente, as questões de natureza internacional, designadamente no que respeita à África Austral e Timor-Leste, que Mário Soares irá equacionar em conjunto com Samora Machel.

Relações bilaterais objectivo principal da visita

Reportemo-nos, porém e por ora, às relações bilaterais, porque são elas, em primeira instância, o objectivo principal da visita. E aqui, se já deixámos enunciados alguns dos vectores que, de um ponto de vista político, a determinam, importa equacionar outras perspectivas que, sendo igualmente políticas, se revestem de aspectos distintos e se situam em coordenadas essencialmente económicas.

Como ponto de partida, sublinhemos o interesse que a Portugal mereceu a participação na Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique, onde, pela primeira vez, esteve presente o IPE — Investimentos e Participações do Estado, que inclui entre os seus accionistas 11 instituições de crédito e sete companhias de seguros —, o que nos dá, desde logo, e sobretudo em relação ao primeiro grupo, uma ideia da

dimensão de que pode revestir-se a participação portuguesa no desenvolvimento económico em Moçambique, meros do que em si mesma aquela representa, mas mais pela possibilidade de avalizar uma eventual e por diversas vezes sugerida cooperação tripartida, que pode, designadamente, interessar os próprios Estados Unidos da América.

De resto, o próprio IPE considera a sua presença no certame de Maputo como testemunho de uma assumpção «como grupo empresarial, em particular no sentido de assegurar às suas empresas» — e são cerca de 70 que cobrem os mais variados sectores industriais, desde os agro-alimentares até aos serviços, sem deixar para trás as celuloses, a cortiça, o mobiliário, os têxteis, os minerais não metálicos, a metalomecânica e a reparação naval, as indústrias químicas e metalúrgicas, sem esquecer os próprios transportes marítimos — «os apoios que se mostrarem convenientes para a concretização dos objectivos que visam e, ainda» — e

este será o aspecto mais importante, não tocante a Moçambique — «de manifestar aos seus parceiros ou clientes já existentes ou potenciais, a sua disponibilidade e empenhamento para o estudo dos problemas que dificultem a concretização de operações de interesse recíproco e o encontro de soluções adequadas».

É ainda, do eng. Faria de Oliveira, do Conselho de Administração do IPE, a responsabilidade da afirmação segundo a qual «a importância e a amizade efectiva que dedicamos a Moçambique, expressa nesta vontade firme de desenvolver todas as formas de cooperação que consideremos mutuamente vantajosas e que vão desde o incremento das relações comerciais e tecnológicas ao apoio à gestão empresarial, à prestação de serviços, à formação profissional e em gestão e até (porque não?) à constituição de empresas mútuas».

Complete-se o quadro citando outra afirmação de Manuel Bulhosa: «a paz em Moçambi-

que será o terceiro passo para que os Portugueses retomem normalmente a sua actividade naquele país de imensos recursos, aberto e com muito entusiasmo». E se tivermos em conta a constituição da comitiva que acompanha o primeiro-ministro, onde se inclui o secretário de Estado do Tesouro, logo se ajuizará do primado dos interesses económicos, na deslocação.

O grande desafio

Em todo este processo, a África do Sul, apesar dos seus enormes recursos, é uma das partes interessadas e não pode, exactamente por isso, ser ela a liderá-lo. Esses mesmos recursos escasseiam, naturalmente, ao nosso país, já de si a braços com tremendas dificuldades internas de financiamento para os seus próprios projectos de desenvolvimento, sobejando-nos, porém, outros méritos que, embora não quantificados numa perspectiva de «deve e haver», podem ser particularmente influentes, já que a nossa pequenez geográfica elimina, à partida, receios de natureza política e, designadamente, quaisquer propósitos de ingerência nos assuntos internos do país.

Deste modo, e tendo em conta a posição de vantagem de que usufruímos no âmbito das relações humanas, naturalmente favorecidas pelo idioma comum, a Mário Soares caberá a reconversão desse apreciável capital numa situação de recíproco benefício para Portugal e Moçambique.

Tarefa difícil, sem dúvida, mas perfeitamente ao alcance do primeiro-ministro português, que terá, antes do mais, de tentar unir o que está desalinhado para que se possa continuar a ser tido como «um advogado da concertação pelo diálogo». Encontrará, decerto, algumas barreiras, porque Maputo deseja a ajuda dos países amigos mas não estará disposto a pagá-la por qualquer preço. Recorde-se que, recentemente, outro país de expressão portuguesa, o Brasil, pôs à disposição de Maputo um crédito de 250 milhões de dólares — o que não foi suficiente para obter a receptividade necessária a uma colaboração estreita com o Estado moçambicano. E desse facto podem extrair-se as necessárias ilações, para que a ida da delegação portuguesa a Moçambique possa apresentar, no final, «um resultado positivo».